



Comunicação Midiática

Revista Comunicação Midiática
ISSN: 2236-8000
v. 13, n. 3, p. 39-54, set./dez. 2018

Que país é este? Questionamentos sobre a ética brasileira no jornal Estado de Minas

¿Qué país es éste? Cuestiones sobre la ética brasileña en el Periódico Estado de Minas

What country is this? Questions on Brazilian ethics in the Estado de Minas newspaper

Marinês Andrea Kunz

Mestre em Comunicação (Unisinos) e doutora em Letras (PUCRS). Pesquisadora e professora do curso de Letras, do Mestrado em Indústria Criativa e do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais. marinesak5@gmail.com

João Batista Nascimento dos Santos

Graduado em Publicidade e Propaganda (Unisinos), mestre em Comunicação e Informação (UFRGS) e doutorando em Comunicação e Informação (UFRGS). joabnasc.santos@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute e relaciona as concepções de ética de Morin (2007), Lipovestky (2004) e Bauman (2003), lançando um olhar sobre a ética na sociedade brasileira. A partir dessa discussão, analisa duas capas do jornal *Estado de Minas*, as quais fazem uso da letra de duas músicas emblemáticas do rock nacional, “Que país é este” e “Brasil”, gravadas, respectivamente, pela banda Legião Urbana e por Cazuza. Com tal recurso discursivo, o jornal parece questionar a ética nacional, principalmente no que se refere ao comportamento dos políticos, bem como da sociedade em geral.

Palavras-chave: Jornal Estado de Minas; Ética; Sociedade Brasileira.

RESUMEN

Este artículo discute y relaciona las concepciones de ética de Morin (2007), Lipovestky (2004) y Bauman (2003), lanzando una mirada sobre la ética en la sociedad brasileña. A partir de esa discusión, analiza dos portadas del periódico *Estado de Minas*, las cuales hacen uso de la letra de dos canciones emblemáticas del rock nacional, *¿Qué país es éste?*, de la banda Legión Urbana, y *Brasil*, grabada por Cazuza, respectivamente. Con tal recurso discursivo, el periódico parece cuestionar la ética nacional, principalmente en lo que se refiere al comportamiento de los políticos, así como de la sociedad en general.

Palabras clave: Periódico Estado de Minas; Ética; Sociedad Brasileña.

ABSTRACT

This article discusses and relates the conceptions of ethics of Morin (2007), Lipovestky (2004) and Bauman (2003), looking at ethics in Brazilian society. Based on this discussion, it analyzes two covers of the journal *Estado de Minas*, which make use of the lyrics of two emblematic songs of the national rock, *Que país é esse?*, by the band Legião Urbana, and *Brazil*, recorded by Cazuza, respectively. With such a discursive resource, the newspaper seems to question the national ethics, especially with regard to the behavior of politicians, as well as society in general.

Keywords: Jornal Estado de Minas; Ethic; Brazilian society.

Introdução

Em várias situações, é possível encontrar questionamentos sobre a ética do brasileiro nos meios de comunicação. Diversas abordagens questionam a forma como agimos no trânsito, respeitamos as filas e as vagas reservadas em estacionamentos, entre outras situações. É comum na mídia a problematização das atitudes relacionadas à forma de comportamento que caracteriza o popularmente conhecido “jeitinho brasileiro”, que faz referência a atitudes ilícitas usadas na superação de adversidades ou mesmo para obter algum benefício nas situações do dia a dia. Comportamento esse, que, por vezes, desconsidera as leis e as normas sociais. E quando se fala especificamente do âmbito do governo e dos políticos, a noção comumente partilhada pela população brasileira é de que ali tais práticas são a regra. Nessa perspectiva, duas capas publicadas pelo jornal *Estado de Minas* parecem reforçar tal noção (Nas praias..., 2015; Brasil..., 2017), pois o periódico questiona a conduta ética de políticos e empresários. Mas a pergunta que se coloca é: o que seria essa ética cobrada pelo jornal, o que a publicação está cobrando do país?

O jornal *Estado de Minas*, fundado em 1924 por Assis Chateaubriand e publicado pela empresa Diários Associados, tem apresentado capas diferenciadas, nas quais determinadas músicas, ou mesmo uma capa de disco, servem como tema de base para a apresentação do quadro político e social nacional. Em sua abordagem, o jornal apresenta os fatos de modo polêmico, em tom que parece sempre indagar sobre os aspectos social e ético do país, principalmente. Diante disso, este artigo busca refletir sobre como a ética do brasileiro é questionada, a partir de duas capas produzidas pelo jornal *Estado de Minas*. Uma das capas analisadas foi publicada na edição de 26 de novembro de 2015 (Nas praias..., 2015) e elaborada a partir dos versos da música “Que país é este”¹, da banda Legião Urbana (Figura 1). Já em 20 de maio de 2017, foi publicada capa semelhante (Brasil..., 2017), tendo como tema a música “Brasil”² (1988), interpretada pelo cantor Cazuza (Figura 2).



Figura 1: “Que país é este?” (Nas praias..., 2015)



Figura 2: “Brasil” (Brasil..., 2017)

A discussão sobre os sentidos que o jornal *Estado de Minas* procura construir em relação à ética do brasileiro ao publicar tal conteúdo de forma contundente nas duas capas terá como base estudos teóricos de Edgar Morin, Gilles Lipovetsky, Jessé Souza, Zygmunt Bauman e Eurico A. Gonzales Cursino dos Santos.

As capas do jornal *Estado de Minas*

A edição do jornal *Estado de Minas* de 26 de novembro de 2015 (Nas praias..., 2015) apresentou uma capa que fugiu da rotina de publicação de grande parte dos jornais brasileiros. Em tom de crítica, três versos da música “Que país é este” (1987), da banda Legião Urbana, estão distribuídos pela capa: “Nas praias, nos rios,/ no Senado.../ Sujeira pra todo lado. Que país é este?” (Nas praias..., 2015). A música, criada em 1978 por Renato Russo, quando ele ainda integrava a banda Aborto Elétrico, discute a violência e a degradação moral e ética da nação brasileira, declarando que há sujeira por todo lado (Que país..., 1987).

O primeiro verso, “Nas praias, nos rios”, é subscrito por “Equipe do EM percorre a foz do Rio Doce e mostra a destruição do berçário de várias espécies” (Nas praias..., 2015). A imagem mostra uma pessoa olhando um grande volume de água onde há uma barreira de contenção. A matéria aborda a tentativa de conter a lama de minério de ferro resultante do rompimento da barragem em Mariana (MG).

O segundo verso, “no Senado...”, tem como subtítulo “Líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS) é preso por tentar obstruir investigação da Lava Jato”. Abaixo, a foto do então senador é acompanhada por um texto que argumenta: “Como nunca antes na história do país, um senador em exercício do mandato foi para a cadeia. E ninguém menos do que o líder do governo Dilma, Delcídio do Amaral” (Nas praias..., 2015).

Já o terceiro verso, “sujeira pra todo lado”, tem como subtítulo: “Lama que envenena o Rio Doce até o mar aflora em Brasília e emporcalha relações políticas e empresariais” (Nas praias..., 2015). Logo a seguir, há três outros subtítulos, que também são versos da mesma música. O primeiro, “Ninguém respeita a Constituição”, é seguido pelo texto “Guardiões da Carta Magna, ministros do STF reagiram com indignação às citações nominais de alguns

deles por Delcídio do Amaral como passíveis de manipulação”. O segundo, “Quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão”, é seguido por: “Um dos povos mais ameaçados ao longo de décadas pela chegada dos brancos, os ianomâmis são tema de pavilhão em Inhotim dedicado à fotógrafa Cláudia Andujar”. Por fim, o terceiro, “Terceiro mundo, se for. Piada no exterior”, é seguido pelo texto “Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o rompimento de barragem em Mariana faz duras críticas ao governo federal” (Nas praias..., 2015).

Por último, o título “Que país é este?” é seguido pelo texto: “Frase do ex-governador mineiro Francelino Pereira, imortalizada por Renato Russo com a Legião Urbana, vem dos anos 1970 e continua atual. Afinal, que Brasil é este, atormentado pelo descaso e saqueado pela corrupção?” (Nas praias..., 2015).

Por sua vez, a capa da edição de 20 de maio de 2017 também apresenta em tom de crítica três versos da música “Brasil”, interpretada por Cazuza: “Brasil/ mostra a tua cara/ Quero ver quem paga/ Pra gente ficar assim/ Qual é o teu negócio?/ O nome do teu sócio/ Confia em mim” (Brasil..., 2017). A música foi composta por Cazuza, George Israel e Nilo Romero em 1988 e aborda a visão de quem enxerga a vida de pessoas influentes, seus negócios, seu poder político, mas não participa desse meio. A letra pede a revelação de quem ganha com a situação do Brasil.

Sob a chamada “Brasil mostra a tua cara”, aparecem lado a lado as fotos dos políticos Michel Temer, Dilma Rousseff, Luiz Inácio da Silva, Aécio Neves e Eduardo Cunha. Abaixo das fotos de cada um deles há pequenos trechos oriundos da delação dos executivos da empresa JBS que dizem respeito, respectivamente, a cada político. Sob a foto de Temer, o texto apresenta trechos da acusação contra ele feita pelo procurador-geral da República (Brasil..., 2017).

Abaixo do texto descrito aparece o verso “Quero ver quem paga pra gente ficar assim”. Subscrita a este título, há a ilustração em tom caricato do empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, sentado em uma poltrona no interior do que parece ser um jato, fazendo um gesto obsceno, enquanto à sua frente pode ser vista uma taça com bebida. O texto se inicia dizendo: “Tal como o golpista Marco Aurélio, vivido por Reginaldo Faria na novela Vale Tudo [Figura 3], que foge no último capítulo dando uma banana para o Brasil, Joesley deu um grande golpe no país e foi se abrigar no exterior” (Brasil..., 2017). E a matéria segue em sua exposição.



Figura 3: Golpista Marco Aurélio³

O último título da capa são os versos da música: “Qual é o teu negócio?/ O nome do teu sócio/ Confia em mim” (Brasil..., 2017). Abaixo dessa chamada, em uma tarja preta, no canto inferior direito, lê-se: “Brasil (1988), letra de Cazuza”; e no canto inferior esquerdo:

“Brasil, 20 de maio de 2017”. Abaixo dessa tarja, está escrito, no canto direito, “Editorial: O delator premiado”. Ao lado desse título, um texto diz: “Causa espanto o Ministério Público aceitar um acordo tão vantajoso para uma das partes [...]”, seguindo em manifestação contrária ao acordo firmado entre o Ministério Público e a JBS (Brasil..., 2017).

Ambas as capas procuram chamar a atenção dos leitores para o nosso país no que tange a questões como a corrupção e o descaso com a nação. A partir da perspectiva da ética, o apelo do jornal enfoca o comportamento de políticos e empresários e elabora sua crítica usando músicas conhecidas pela população – ícones do rock nacional nos anos 1980 – que apresentam uma visão inconformada a respeito do Brasil. Como a mensagem do jornal *Estado de Minas* questiona a sociedade brasileira no seu aspecto ético, é importante observar as reflexões dos pensadores Edgar Morin (2007), Gilles Lipovetsky (2004), Zygmunt Bauman (2003) e Jessé de Souza (2006) sobre o assunto.

Sobre ética: Morin, Bauman e Lipovetsky

Segundo Morin (2007), a ética revela-se para nós de forma imperativa, enquanto exigência moral. Esse imperativo nasce em uma fonte interior ao indivíduo, que o sentiria no espírito como a imposição de um dever, embora também houvesse fontes exteriores ao indivíduo, tais como a cultura, as crenças, as normas da comunidade, além de uma procedência anterior, oriunda da organização viva, cuja transmissão é genética. São, pois, três fontes interligadas.

Indivíduo, sociedade e espécie são instâncias que compõem uma tríade indivisível, uma vez que o ser humano é simultaneamente biológico e cultural e traz em si a herança genética e, concomitantemente, o *imprinting*, ou seja, a marca estabelecida inicialmente pela cultura familiar e, posteriormente, pela social, a qual permanece por toda a vida, influenciando o modo de conhecer e de agir. A aprendizagem é outro fator combinado a estes, não havendo, fora disso, outras possíveis formas de conhecer e de pensar. Somam-se a isso também normas da cultura. Para Morin, ser sujeito é autoafirmar-se e colocar-se no centro do seu próprio mundo, o que é expresso pelo conceito de egocentrismo.

Um princípio de exclusão e, simultaneamente, um de inclusão estão presentes na autoafirmação. A exclusão refere-se ao fato de que ninguém pode ocupar o espaço egocêntrico no qual acontece a expressão do *eu*. Oposto a isso, mas que complementa a exclusão, está o princípio de inclusão, que possibilita a inclusão do *eu* em um *nós*, que pode ser a família, a nação ou um partido político. Por conseguinte, inclui em si esse *nós* e, por último, o *nós* no centro do seu mundo.

Com o nascimento surge o princípio de inclusão, que se exprime pela pulsão de apego à pessoa próxima. Com ele, o sujeito pode ser capaz de se sacrificar pelos seus ou mesmo pela comunidade. Já o princípio de exclusão possibilita a identidade singular do indivíduo. O princípio de inclusão possibilita a inscrição do *eu* na relação com o outro, sendo instintivo. A ligação com o outro é fundamental, é uma necessidade vital.

A duplicidade é uma característica dessa relação de ambos os princípios – inclusão e exclusão –, pois o sujeito comporta os dois, tendo um aspecto do seu *eu* voltado para si e outro para o *nós* ou para o *outros*, isto é, egoísmo e altruísmo são vivenciados simultaneamente.

No princípio egocêntrico, está a possibilidade da concorrência e do antagonismo relacionado ao outro, podendo em seu extremo o sujeito matar o outro. Contrário a isso, esse indivíduo também tem em si o amor pelo outro. No cotidiano, há pessoas mais egoístas e

outras mais altruístas. O altruísmo pode ser forte o bastante para nos reduzir ao *nós*, biologicamente referindo-se à relação com os componentes da própria família ou, em uma perspectiva sociológica, relacionado à nação ou um partido, por exemplo.

As circunstâncias podem fazer com que, para um sujeito, o egoísmo se destaque em detrimento do altruísmo, ou vice-versa. Na realidade, vivemos para nós e para os outros simultaneamente, vivenciando a associação do egoísmo e do altruísmo.

Ao se refletir sobre a ética, deve-se compreender que o ato moral é um ato individual de religião, seja com um outro, uma comunidade, uma sociedade e, em uma dimensão maior, com a espécie humana. Sendo assim, a ética apresenta uma fonte individual que está no princípio de inclusão, o qual faz a inscrição do indivíduo na comunidade (*nós*) e o impele ao altruísmo, sendo a religião seu valor. Simultaneamente, uma fonte social nas normas e regras impõe aos indivíduos uma conduta solidária. Parece haver a existência preestabelecida de uma harmonia capaz de impelir os indivíduos a aderirem a uma ética de solidariedade no interior de uma comunidade, o que leva a sociedade a impor, aos indivíduos, essa ética.

Tanto o indivíduo quanto a sociedade apresentam dupla natureza. Por exemplo, faz parte do indivíduo o princípio do egocentrismo, que o conduz ao egoísmo, e, por seu lado, a sociedade apresenta a rivalidade e a competição. As normas éticas impostas pela sociedade não são assimiladas por todos os indivíduos. O caráter comunitário e rival é característico das nossas sociedades e apresenta concomitantemente o embate das disputas dos egocentrismos e da solidariedade em relação a inimigos exteriores. Este é um caráter sociológico duplo, formado por relações de interesse e rivalidade e por relações de comunidade, o que foi complexificado pela sociedade.

É a linguagem que difunde a ética de comunidade. Assim, nas sociedades arcaicas, a ética de comunidade se caracterizava por prescrições, tabus e o mito do ancestral comum. No entanto, a partir do nascimento de uma consciência moral individual com relativa autonomia, é impulsionado o progresso da individualidade, algo já presente na Atenas do século V (Morin, 2007). Na perspectiva histórica, essa consciência moral individual tem origem também no desenvolvimento complexificador da relação trinitária indivíduo-sociedade-espécie. A complexidade dessa relação é referente ao antagonismo entre os três elementos que a compõem, oposições que são superadas em certo sentido, sendo que o espírito individual fica em posição superior no circuito trinitário. O antagonismo tem lugar na relação indivíduo-sociedade-espécie e apresenta-se entre a ética dos grupos englobados e a ética do conjunto social englobante. Com a autonomização do espírito, a ética comunitária pode ser superada. As grandes religiões transculturais propiciaram a universalização da ética para todo indivíduo, independentemente de sua identidade, sendo que o Humanismo europeu também favoreceu essa transformação.

O pensamento sobre a ética de Morin (2007) pode ser relacionado como o entendimento de Lipovetsky (2004) sobre a moral. Este autor, em sua definição das três fases da moral, observa que a primeira etapa da história da moral foi a era teológica, quando ela se baseava nos mandamentos divinos, o que prevaleceu até o fim do século XVII. O período laico moralista se inicia no final desse século, a partir do Iluminismo, quando os modernos fundaram as bases de uma moral sem qualquer sujeição à Igreja.

A modernidade produziu deslocamentos e rupturas éticas que influenciaram a relação trinitária indivíduo-sociedade-espécie (Morin, 2007). Assim, a laicização agiu sobre a ética e aboliu a força do imperativo religioso. Passou, então, a vigorar uma ética metacomunitária

originária do Humanismo laico, a qual abrange todo ser humano independente de sua identidade étnica, nacional, religiosa ou política. A era moderna propiciou também o surgimento da autonomia da política, da economia, da arte e da ciência, produzindo um deslocamento da ética global estabelecida pela teologia medieval. A política não segue rigorosamente a ética, enquanto a economia se baseia na ética dos negócios e a ciência moderna teria separado o conhecimento da ética, considerando a ética do conhecimento pelo conhecimento e, assim, não atentando para as consequências do desenvolvimento científico.

A interligação do desenvolvimento técnico, científico e econômico proporciona o hiperdesenvolvimento da racionalidade instrumental, que pode servir a fins imorais. A arte também se emancipou do ideal de edificação e passou a não aceitar a subordinação a controles éticos. Existe certa noção de ética profissional nessas atividades, mas em geral não no sentido moral. O desenvolvimento das especializações e dos compartimentos burocráticos em diversas áreas leva ao encerramento dos indivíduos em um domínio caracterizado pela competência parcial, o que resulta na fragmentação e na diluição da responsabilidade e da solidariedade.

Nesse sentido, Bauman (2003) também aborda a divisão do trabalho, situação em que muitas pessoas estão envolvidas, mas com cada uma dessas tendo a seu encargo uma dimensão pequena em relação ao todo, o que torna impossível estabelecer o responsável pelo resultado final. Concomitantemente, o desenvolvimento da autonomia individual ocasionou a autonomia e a privatização da ética (Morin, 2007). Com isso, a ética passa a ser laica e individualizada; a responsabilidade e a solidariedade são enfraquecidas e tem lugar um distanciamento entre a ética individual e a da cidade. O individualismo dá origem tanto à responsabilidade pessoal pela própria conduta de vida quanto ao fortalecimento do egocentrismo, o qual gera a inibição das potencialidades altruístas e solidárias, abrindo caminho para a desintegração das comunidades tradicionais.

Morin (2007) entende que existe uma crise no mundo ocidental quanto aos fundamentos da ética, inserida em uma crise geral dos fundamentos da certeza, ou seja, uma crise dos fundamentos do conhecimento filosófico e dos fundamentos do conhecimento científico. A crise dos fundamentos éticos gera o crescimento da deterioração do tecido social, sendo também, na outra via, gerada por essa deterioração. Essa crise leva ao enfraquecimento do imperativo comunitário e da lei coletiva, de modo que o egocentrismo passa a ser muito mais marcante em relação ao altruísmo. Desarticula-se o vínculo entre indivíduo, sociedade e espécie. A crise surge também da crise dos fundamentos éticos, da desmoralização, cujo auge é o anonimato da sociedade, a avalanche midiática e a grande valorização do dinheiro.

Na mesma perspectiva que Morin (2007), Bauman (2003) observa que é premente para o ser humano a aquisição de conhecimento e capacidades morais. O teórico cita o pensamento de Hans Jonas, que expõe que “nunca houve tanto poder ligado com tão pouca orientação para o seu uso... Precisamos de mais sabedoria quando menos cremos nela” (apud Bauman, 2003, p. 24). A proporção de nossos poderes é um dos fatores geradores de uma das dimensões práticas da crise. As ações humanas podem vir a ter grande repercussão, podendo ter o efeito de durar muito tempo ou vir a repercutir amplamente. Soma-se a isso a dificuldade de dimensionar precisamente as consequências de tais ações, já que nossa imaginação moral não é capaz de alcançar a proporção das consequências que nossas ações podem ter. As poucas normas éticas herdadas do passado também não têm capacidade de responder às necessidades atuais. Os poderes que atualmente os seres humanos possuem estão

muito além da capacidade das ferramentas éticas compostas pelo código de comportamento moral, ou seja, as normas práticas seguidas pelas pessoas.

Para Lipovetsky (2004), a sociedade encontra-se na terceira fase da história da moral, definida como fase pós-moralista, a qual gera uma ruptura, apesar de complementar o processo de secularização iniciado ao final do século XVII e no século XVIII. Essa sociedade pós-moralista celebra mais os desejos, o ego, a felicidade e o bem-estar individual do que o ideal de abnegação. Esta cultura não se fundamenta mais no imperativo do dever baseado no sacrifício, reinando o ideal de felicidade, de sucesso pessoal e a busca pelos direitos individuais. O culto do dever sacrificial não é mais relevante para as pessoas, mas, concomitantemente à caridade, o convite à solidariedade tem destaque em nossa sociedade.

Também existe o individualismo exacerbado, que cultua o sucesso obtido de qualquer forma e a negação dos valores morais, o que é definido como individualismo irresponsável (Lipovetsky, 2004). A cultura pós-moderna e pós-moralista, ao valorizar o dinheiro e a liberdade individual, também incentiva o individualismo com exageros, pois elimina a força dos mandamentos éticos inflexíveis e também a capacidade de ação das instâncias tradicionais da socialização. É uma cultura individualista, que facilita a transposição de determinadas barreiras morais, banalizando e desculpabilizando fraudes. Mas existe também o individualismo responsável, voltado ao voluntariado, ao respeito à infância, ao combate à corrupção e à exigência de limites. O pós-dever, para o autor, não é evidência da fragilização do Humanismo, como considera Morin (2007), mas sua consagração social e histórica. O pluralismo de valores é a expressão de uma sociedade democrática e liberal, de uma sociedade liberada das exigências da tradição e da religião institucional.

O teórico considera que há uma fragmentação da moral e dos sistemas de valores, existindo grande diversidade no entendimento do bem. Essa variedade de valores seria parte da dinâmica da modernidade democrática, o que confirma a autonomia do indivíduo.

Sobre a ética dos negócios, Lipovetsky (2004) expõe que são crescentes as manifestações por parte das organizações empresariais a respeito de temas como corrupção, respeito ao meio ambiente, assédio moral e preconceitos. Os grandes grupos têm procurado cada vez mais a ajuda de especialistas em ética, os deontólogos, e com isso tem ocorrido o estabelecimento de códigos de ética, definindo normas da boa conduta e de boas práticas profissionais. Também ganha relevância o marketing ético de várias fundações com foco no cidadão.

Os medos e o desejo de proteção da sociedade atual têm influência também no desenvolvimento da ética no meio empresarial. A valorização da ética dos negócios também é uma reação a um grande número de práticas desonestas nos negócios e ao individualismo exacerbado, voltado para a rentabilidade rápida em relação ao investimento de longo prazo, mais focado na especulação do que na conquista de mercados. As estratégias de marketing também são uma das razões da preocupação com a ética por parte das empresas, na medida em que objetivam a conquista de novos mercados através de novas estratégias de comunicação e de produtos.

Para Lipovetsky (2004), as sociedades pós-moralistas geram mais individualismo responsável, mas, concomitantemente, mais individualismo irresponsável; produzem mais autonomia razoável e, ao mesmo tempo, mais autonomia descontrolada e sem regras. Devemos, pois, incentivar a inteligência responsável, o que seria uma ética da responsabilidade, que considere objetivamente as consequências das escolhas, que compreenda as condições

sociais em profundidade, em vez do ideal absoluto, que faça um julgamento mais voltado para as realizações efetivas e menos para as intenções.

Sobre a mídia, o autor expõe que existe muita polêmica sobre seu papel, sendo comumente entendida como forma de alienação. O entendimento de que os meios de comunicação teriam pouco a contribuir para o aprimoramento intelectual dos indivíduos deve ser considerado, segundo o autor, mas isso seria somente uma parte de complexo fenômeno. A mídia também proporciona, pois, ao público, vários esclarecimentos por meio de noticiários, debates, documentários, por exemplo. Cultura, saúde, política, questões sociais chegam ao conhecimento das pessoas por meio da mídia. Os meios de comunicação também propiciam formas de libertação da influência das tradições e das culturas de grupo ou de classe. Embora nem sempre adequadamente, contribuem para a individualização dos julgamentos, ajudam os indivíduos a se libertarem das ideologias monolíticas, o que não acaba com os clichês, mas os questiona, diminuindo sua rigidez.

Lipovetsky (2004) não tem o mesmo entendimento de Morin (2007) sobre a existência de uma crise moral e ética na atualidade. Para o primeiro, a ética é cada vez mais destacada na mídia, e na sociedade surgem muitos questionamentos éticos, exemplificados pelo combate à corrupção, pela filantropia, por ações humanitárias, pela tentativa de estabelecer uma ética para os negócios e mesmo para a ciência com as comissões de bioética. As ações éticas na atualidade estariam relacionadas, muitas vezes, com o divertimento, o interesse econômico e a liberdade individual. Estaria havendo uma renovação social dos valores, uma nova regulamentação social da ética.

Nesse sentido, é possível refletir acerca das capas do jornal *Estado de Minas* que apresentam personalidades do meio político e empresarial como definidoras do caráter da nação (Nas praias..., 2015; Brasil..., 2017), sendo dotadas de grande poder. Contudo, nessa perspectiva, Souza (2011) argumenta que a compreensão das interpretações dominantes possibilita entender a inexistência de dominação social injusta sem a legitimação desta enquanto algo benéfico e justo. Nas sociedades modernas, a dominação social é estabelecida a partir de interesses que se articulam e se consolidam de forma opaca e invisível. A sociedade contemporânea tem seu comando realizado por consensos sociais opacos e inarticulados, ao contrário do que é comumente considerado, ou seja, que o poder se originaria de subjetividades muito poderosas, tais como políticos – governadores, deputados etc. – e algo ainda menos provável, materializado na noção de uma elite abstrata. O consenso social inarticulado determina limites e as possibilidades de realização da ação política.

Santos (2006), ao refletir sobre a desigualdade no Brasil, aborda noções importantes sobre a ética do brasileiro, considerando a base religiosa de nossa cultura, e critica o entendimento que prepondera nas ciências sociais no país em relação à base religiosa da cultura brasileira. O teórico argumenta que o pressuposto implícito do pensamento social contemporâneo é a crença na catolicização praticada no Brasil por 400 anos, a partir do estabelecimento da sociedade brasileira. As ciências sociais do meio acadêmico, a partir da década de 1950, trabalham sobre a noção, a qual não é expressa formalmente, de que o brasileiro médio não carece de uma teoria própria e que este seria uma espécie de europeu católico com traços sincréticos exóticos. Essa crença, segundo o teórico, baseia-se em algo que nunca teria existido, o que leva à inexatidão na interpretação dos fenômenos relacionados à igualdade social no país.

São as invenções simbólicas das religiões de salvação, ou religiões transcendentais, o fundamento que propicia as condições para o nascimento das motivações humanas de natureza particularmente ético-universalista (Santos, 2006). Esse entendimento é semelhante ao de Morin (2006) e ao de Lipovetsky (2004). Nessa perspectiva, a autorrepresentação dos indivíduos tem por base a ontologia das religiões ético-salvíficas, que apresenta como consequência central o fato de instigar os indivíduos a se entenderem enquanto eticamente responsáveis. O mundo assimilado sob a perspectiva da metafísica ética das religiões de salvação faz com que o indivíduo carregue sempre consigo a noção da consequência dos seus atos. As sociedades, através do seu processo de socialização, fizeram uso da simbologia proporcionada pelas religiões de salvação para desenvolverem o fenômeno histórico denominado autonomia do sujeito.

Santos (2006) entende que o estabelecimento do espírito do brasileiro sobre uma base simbólica religiosa-transcendente é fraco e que, apesar do esforço de séculos de propagação de sua crença, a Igreja Católica somente teria inculcado, na sociedade nacional, a crença em um catolicismo de fachada. Assim, poder-se-ia refletir, segundo o teórico, sobre o fato de o brasileiro não ter a base simbólica que possibilitaria a produção e a reprodução da crença no valor da igualdade. Na mesma linha, é colocada a dúvida a respeito da possibilidade de a sociedade brasileira gerar sujeitos que tenham autonomia de modo similar e em todos os segmentos de classes.

“O fato é que, empiricamente, o espaço a ser ocupado pela transcendentalidade ética como fundamento de ação e de cognição foi ocupado pelo monismo à prova de contradição da magia” (Santos, 2006, p. 279). Tal situação torna possível que, no exórdio da cultura nacional, bem e mal possam coexistir simultaneamente, mesclando-se e neutralizando-se de forma mútua, criando, com isso, um sentido que é tomado de mistério e que se estabelece fora do alcance do desejo político dos indivíduos. O preceito que autorregula a vida dos brasileiros se traduz em “uma flexibilidade pragmática e eticamente indiferente que se estendeu até a anulação do princípio cristão da fraternidade universal” (Santos, 2006, p. 279).

A razão objetiva determina a doutrina do puro individualismo cristão, segundo a qual as virtudes individuais congênitas que definiriam a ascensão do ideal de igualdade ao ápice do panteão estão presentes em todos os indivíduos. Isso se dá em razão de que todos os indivíduos compõem uma realidade ética maior, que cumpre a função de limitá-los e defini-los. O individualismo concebido no país diverge do que foi exposto anteriormente, pois este engendra o todo maior de modo mágico, não preexistindo enquanto realidade ética, a qual seria a base do comportamento dos indivíduos, com as possíveis variações de intensidade. O individualismo brasileiro preexiste como algo eticamente neutro, por onde perpassam capacidades e incapacidades, as quais são obtidas de modo individual ou que, por vezes, se apoderam do indivíduo por meio de inúmeras práticas e estados psíquicos. O destino na perspectiva dessa noção mágica é entendido como algo inalterável pelo próprio desejo de mudar. E, por sua vez, fatos externos ao desejo do indivíduo podem realizar transformações na relação com o *mana*, do que nasce a visualização de um novo horizonte, que se caracteriza por ser um destino inflexível da mesma forma que o anterior. O *mana* é

fundamentalmente um sentimento que não tem forma conceitual ou doutrínaria definida; nesta medida, sua ação é sempre de máxima concretude e baixo teor de reflexividade moral, visto que, no mundo mágico, o comprometimento interno do agente com valores éticos não tem, por princípio, valor salvífico, e, nesta medida, não é sociologicamente relevante como condicionante da conduta (Santos, 2006, p. 271).

O individualismo construído no Brasil não apresenta elementos éticos e não possui a contextualização de uma cultura ética objetiva precedente e mais ampla; neste individualismo, é possível substituir a virtude pelo vício e vice-versa, ou também acionar ou não a virtude e o vício.

No entanto, a perspectiva exposta por Bauman (2003) ajuda a refletir sobre outros aspectos dessa questão ao fazer ressalvas ao entendimento da ética na perspectiva teórica, e não tão próxima da realidade. Inicialmente, argumenta que a competência moral dos integrantes de uma sociedade possibilita o bem-estar da mesma e também sua existência e sua perenidade, não ocorrendo o inverso. Existe moralidade se houver agentes com conhecimento e com capacidade de crescimento, de um lado, e, do outro, uma cultura que tenha capacidade de agilizar a mudança. Isso é fundamental, pois a moralidade é uma prática negociada entre esses dois lados.

Mas Bauman (2003), continuando sua reflexão, observa que é preciso considerar também que a confusão e a ambiguidade fazem parte da realidade humana e, sendo assim, as decisões morais também apresentam esses aspectos. A realidade humana é viver uma moralidade sem princípios ou fundamentações, embora isso seja contrário ao anseio dos filósofos. Os indivíduos vivem, aprendem ou mesmo esforçam-se para viver neste mundo. Esse entendimento ou alguma noção disso é que caracteriza o ser pós-moderno, o ser sem a ilusão de que a confusão do universo humano seja algo momentâneo a ser resolvido pela razão. Bauman (2003) observa que a confusão continuará a existir, independentemente de nossa vontade. No ambiente pós-moderno, as pessoas fazem coisas que não se pode minimamente considerar com base em um propósito calculável e menos ainda racional. A ambiguidade voltou a ser considerada da mesma forma que as emoções humanas também passaram a ser valorizadas, acontecendo o mesmo com as ações sem propósito, o que é fruto do entendimento de que nem todas as ações necessitam ser justificadas. Na perspectiva moderna, tais sentimentos pós-modernos evidenciam a ameaça para a convivência humana. A modernidade fez desacreditar nos atos humanos fundamentados nas paixões e na espontaneidade por receio do desregramento da conduta humana, pela ausência de um código ético rigoroso e abrangente. Também no entendimento moderno existe o medo de confiar na intuição moral humana e, da mesma forma, há o temor em acreditar na faculdade humana de negociar a forma e os usos do viver juntos. Uma pequena parte desses sentimentos modernos ainda resiste em todos nós, pois, em certa medida, ainda carregamos um pouco desses medos e angústias. Surge a oportunidade de encarar a faculdade moral humana com sinceridade, com um reencantamento pós-moderno do mundo. Ocorre a repersonalização da moralidade com o abandono dos rígidos códigos éticos que foram artificialmente produzidos e o difícil aprendizado de que é a moralidade pessoal que possibilita a negociação ética e o consenso, e não o contrário. A repersonalização da moralidade coloca a responsabilidade moral no início do processo ético, ou seja, em cada pessoa.

Ética, as capas do jornal e a sociedade brasileira

Ao empregar ambas as músicas, valendo-se de sua potência discursiva através do diálogo intertextual, o *Estado de Minas* retoma os seus sentidos discursivos, que já estas questionavam, na década de 1980, a ética dos governantes e, por conseguinte, dos próprios brasileiros (Nas praias..., 2015; Brasil..., 2017). O periódico mostra, assim, que tal discussão não é nova, o que reforça sua importância e a necessidade de que seja pauta do dia.

Diante disso, importante lembrar também que a interrogação “Que país é este?” teria sido proferida em 1976 pelo então governador mineiro Francelino Pereira, presidente do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena)⁴ na época da ditadura civil-militar. Entretanto, a ironia é instaurada pelo emprego da pergunta em sentido oposto, no plano discursivo da música e, posteriormente, no da capa do jornal, já que o político a teria proferido ao discordar da possibilidade de os governadores serem eleitos por voto direto, quando se discutiu uma eventual abertura política no governo do presidente Ernesto Geisel. No entanto, os governadores só passaram a ser eleitos por voto direto em 1982. A letra da música reverte, pois, seu sentido inicial e institui o questionamento sobre a ética brasileira, em 1987.

A perspectiva adotada na abordagem das duas capas do jornal *Estado de Minas* parece, então, apontar para o entendimento de que a sociedade brasileira e, principalmente, políticos e empresários, agem a partir de uma noção individualista e egocêntrica, totalmente voltados para os seus interesses pessoais e sem nenhuma consideração com o outro e com a sociedade. Vale destacar que a ética teria uma fonte individual e existiria também uma fonte social, baseada nas normas e regras que instituem nos indivíduos a conduta solidária. Em princípio, poderia haver uma harmonia preestabelecida com capacidade de estimular os indivíduos a se engajarem em uma ética de solidariedade. Mas, pela abordagem do *Estado de Minas* – e pelas letras das músicas escolhidas como intertexto –, pode-se pensar que, talvez, a fonte social fundamentada em normas e regras que estabeleceriam nos indivíduos uma conduta solidária não teria funcionamento pleno no Brasil.

As capas falam de corrupção e descaso, principalmente por parte de pessoas específicas, embora também atribuam a responsabilidade sobre tal situação ao Brasil, ou seja, a toda sociedade. Nesse sentido, é preciso considerar que, da mesma forma que os indivíduos, a sociedade também possuiria uma dupla natureza que apresenta a rivalidade e a competição. Nem todos os indivíduos se apropriam das normas éticas de uma sociedade – nesse aspecto, os exemplos das matérias recaem sobre políticos e empresários. Embora o jornal não apresente em sua capa nenhum fato que demonstre atos de altruísmo e solidariedade, entende-se que em nossas sociedades estes existam simultaneamente ao individualismo e ao egocentrismo, tão destacados pelas capas. O que possivelmente serve para pensar a situação apontada nas duas capas, cujo fulcro temático é a atuação de políticos e empresários, é a noção de que a política não segue a ética com rigor e de que a economia se fundamenta na ética dos negócios.

Outro aspecto que contribui para a reflexão sobre os exemplos de pessoas públicas que têm sua ética questionada pelo jornal *Estado de Minas* é o fato de que, conjuntamente, o desenvolvimento da autonomia individual motivou a autonomia e a privatização da ética, o que levou a ética a se tornar laica e individualizada, de modo que a responsabilidade e a solidariedade acabaram por ficar debilitadas, estabelecendo-se um afastamento entre a ética individual e a da cidade. O individualismo tem dois aspectos marcantes, pois possibilita a

responsabilidade pessoal pela própria conduta de vida e, ao mesmo tempo, dá vigor ao egocentrismo, o qual parece ser uma das possibilidades para se pensar as ações praticadas pelos indivíduos questionados pelo jornal *Estado de Minas*. Mas é preciso considerar que este é um aspecto da sociedade atual, isto é, uma característica comum de muitas pessoas.

A compreensão de que haveria uma crise no mundo ocidental referente aos fundamentos éticos que geraria o crescimento da deterioração do tecido social parece ser corroborada pelo conteúdo das capas do jornal *Estado de Minas*. Estas parecem ofertar ao leitor a noção de um país em que o imperativo comunitário e a lei coletiva são débeis, o que oportunizaria a proliferação do egocentrismo e a redução do altruísmo e levaria à produção da miséria, da desigualdade e outros problemas da sociedade brasileira.

O entendimento da necessidade de a humanidade adquirir mais conhecimentos e capacidades morais, em função da repercussão cada vez maior de seus atos sobre as sociedades e o planeta, é muito relevante e parece ser uma noção comum ao pensamento de todos os autores que foram abordados neste artigo. As questões que o jornal traz dialogam com essa reflexão, pois são apresentados indivíduos e empresas com grande poder sobre a sociedade, mas que agem muitas vezes a partir de uma ética que não considera a vida de milhões de pessoas, as quais acabam sendo prejudicadas por seus atos. Nesse contexto, o dinheiro é que passa a ter maior valor, e a imaginação moral não visualiza a proporção das repercussões que as ações negligentes de parte das empresas e dos governantes têm sobre a sociedade.

Mas a crise moral não é consenso entre os autores, havendo também o entendimento de que existiria na contemporaneidade um momento pós-moralista. E a sociedade que vive esta fase pós-moralista estaria mais voltada para o desejo e a felicidade individual em detrimento da abnegação, mas coexistindo com isso a caridade e a solidariedade, embora seja apontada a existência de determinado individualismo, definido como irresponsável. Este, por sua vez, valoriza a noção de sucesso alcançado sem nenhuma consideração pelo que seria necessário para alcançá-lo.

Considerações finais

O jornal *Estado de Minas* expõe uma visão sobre a ética da sociedade brasileira, destacando algumas personalidades para exemplificar a sua abordagem. Mas a reflexão que entende a ética enquanto prática dos membros de uma sociedade parece ser mais apropriada para a reflexão. O entendimento de que a competência moral dos membros de uma sociedade torna possível seu bem-estar e viabiliza a sua existência ao longo dos tempos aponta tal responsabilidade para todos os brasileiros.

Nesse sentido, a noção de que o poder das figuras públicas apresentadas nas capas do jornal é relativo deve ser considerada, pois uma sociedade como a brasileira, assim, seria comandada por consensos sociais opacos e inarticulados, e não por indivíduos poderosos que agiriam por sua simples vontade. Seria o consenso social inarticulado que balizaria os limites e as possibilidades da realização e da ação política dos dirigentes da nação.

É fundamental também a reflexão sobre a ética a partir de uma perspectiva própria, a brasileira, e não alicerçada em uma perspectiva europeia. Sendo necessário, pois, considerar, entre outras coisas, que, possivelmente, uma religião transcultural como o catolicismo não tenha exercido o mesmo papel em terras nacionais, no sentido de propiciar a universalização da ética para todos os indivíduos. Nessa perspectiva, o individualismo engendrado aqui não

teria elementos éticos e não teria em si a contextualização de uma cultura ética objetiva anterior. O que talvez se aplique bem ao caso, para pensar as práticas das personalidades políticas e empresariais apresentadas pelo jornal *Estado de Minas*. Além disso, o que pode levar à reflexão sobre os atos de todos os brasileiros é o entendimento acerca do individualismo construído aqui, o qual possibilitaria a fluidez na substituição da virtude pelo vício e vice-versa, ou mesmo o acionamento ou não da virtude e do vício.

Mas é preciso considerar que as decisões morais são atravessadas por aspectos humanos básicos, tais como a confusão e a ambiguidade, de modo que a moralidade na sua condição cotidiana não possui princípios ou fundamentações. Como seres pós-modernos, vivemos a condição de que a confusão do universo humano é algo típico de nossa existência e que possivelmente isso não venha a ser equacionado pela razão. Comumente, em muitos atos humanos, não conseguimos ver qualquer aspecto que tenha sido submetido ao cálculo ou à razão, o que se pode verificar facilmente nas matérias retratadas pelo jornal *Estado de Minas*. Por exemplo, poder-se-ia considerar que a segurança das barragens na cidade de Mariana tenha sido seriamente submetida ao cálculo e à razão? Evidentemente não, já que tal fato está mais para o improvisado e o descaso do que qualquer outra coisa.

É também importante considerar, por fim, que, entre outras razões, a exposição sobre a ética do jornal *Estado de Minas* seja uma estratégia de marketing, com o intuito de transmitir a imagem da empresa jornalística, para os seus leitores, enquanto instituição séria, preocupada com as questões nacionais e a ética do brasileiro.

Recebido em: 19 mar. 2018

Aceito em: 28 jun. 2018

¹ A música “Que país é este” integra o disco homônimo lançado em 1987 pela banda Legião Urbana, que surgiu em 1982 e teve, entre seus principais integrantes, Renato Russo, Marcelo Bonfá, Dado Villa-Lobos e Renato Rocha.

² Música do álbum solo intitulado *Ideologia*, lançado em 1988 pelo cantor Cazuza.

³ Disponível em: <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/pega-pega-corrige-impunidade-de-vale-tudo-com-prisao-no-ultimo-capitulo-18410>. Acesso em: 7 mar. 2018.

⁴ Partido criado em 1965.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 2003.

BRASIL. Intérprete: Cazuza. Compositores: Cazuza, George Israel e Nilo Romero. *In: IDEOLOGIA*. Intérprete: Cazuza. Rio de Janeiro: PolyGram/Philips, 1988. 1 disco de vinil, lado A, faixa 6. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/cazuza/brasil.html>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL mostra tua cara. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, ano 89, p. 1, 20 maio 2017.

DE FRANCELENO Pereira para Renato Russo: a origem de “Que país é este?”. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 99, 17 mar. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/de-francelino-percira-para-renato-russo-origem-de-que-pais-este-1-15616598>. Acesso em: 7 mar. 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal**: ética, mídia, empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MORIN, Edgar. **O método**: ética. Porto Alegre: Sulina, 2007. v. 6.

NAS PRAIAS, nos rios, no Senado... Sujeira pra todo lado: que país é este? **Estado de Minas**, Belo Horizonte, ano 87, p. 1, 26 nov. 2015.

QUE PAÍS é este. Intérprete: Renato Russo. Compositor: Renato Russo. *In*: QUE PAÍS é este. Intérprete: Legião Urbana. Rio de Janeiro: EMI-Odeon Brasil, 1987. 1 disco sonoro, faixa 1. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/legiao-urbana/que-pais-e-esse.html>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SANTOS, Eurico A. Gonzales Cursino dos. Magia, ética e desigualdade no Brasil. *In*: SOUZA, Jessé (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.